

Conflito no Leste Europeu Oportunidade para o setor cerealífero Nacional?



João Paulo
Carneiro
PhD

Professor Adjunto
Escola Superior
Agrária, Instituto
Politécnico de
Castelo Branco
jpc@ipcb.pt

A produção e a comercialização de cereais atravessam, presentemente, um período de grande incerteza e instabilidade. De acordo com o Conselho Internacional de Cereais (IGC), a produção mundial em 2020/21 foi próxima de 2200 milhões de toneladas, encontrando-se a Federação Russa e a Ucrânia entre os principais produtores mundiais. Segundo a FAO, em termos médios, entre 2016/17 e 2020/21, os dois países em conjunto foram responsáveis por 19%, 14% e 4% da produção global de cevada, trigo e milho, respetivamente.

Ainda no sentido de reforçar a importância da Federação Russa e da Ucrânia no mercado internacional cerealífero, atenda-se à informação divulgada pela Reuters, segundo a qual os dois países representam 29% das exportações globais de trigo e 19% do fornecimento de milho.

No que respeita às transações com Portugal, a Ucrânia foi o nosso principal fornecedor de milho em 2021, tendo satisfeito mais de 1/3 das importações deste cereal. Decorrente do conflito em curso entre os dois países, o aumento nos preços das commodities agrícolas (e não só) tem suscitado as maiores preocupações sobre as consequências nos aumentos nos custos de produção de bens alimentares (como carne e leite, por exemplo) e, até mesmo, em potenciais riscos de segurança alimentar em países mais dependentes da importação destes produtos. Há cerca de 100 anos atrás, Portugal foi autossuficiente em relação às suas necessidades em trigo, chegando mesmo a ter excedentes deste cereal. Tal foi conseguido com a designada “Campanha do trigo”, delineada pelo então Ministro da Agricultura Henrique Linhares de Lima (1929-1932), tendo como um dos objetivos a diminuição substancial da importação deste cereal. Verificou-se, porém, que tal iniciativa resultou na perda de fertilidade por parte de solos inapropriados para este tipo de ocupação cultural, consequência nefasta que ainda hoje se faz sentir e que, no nosso entender, constitui um indicador elucidativo das limitações que o nosso país tem para a produção, em larga escala, deste tipo de culturas. Atualmente, Portugal produz menos de 20% dos cereais de que necessita, enquanto que na generalidade dos países esse valor é, em regra, superior a 50%. Se o nosso grau de autoaprovisionamento de arroz é superior a 85% (arroz em casca), o de trigo mole (adequado para a panificação) ou de trigo duro (utilizado na produção de massas alimentícias) não chega aos 5%. O de milho, na sua maior parte destinado ao fabrico de rações para animais, pouco passará dos 25%.

A superfície utilizada para produção de cereais em Portugal tem sofrido decréscimos significativos. Se considerarmos como referência o ano de 1959, durante o qual a área ocupada por trigo foi a maior de sempre, constata-se que só esta cultura ocupou 847 mil hectares. Para o corrente ano agrícola, caracterizado por um outono-inverno com

grande escassez de precipitação e por um forte aumento do preço de fatores de produção, o INE estima que a área ocupada por cereais venha a ser pouco superior a 100 mil hectares. A verificar-se esta estimativa, a superfície destinada à produção destas culturas será a mais baixa dos últimos 100 anos. Como chegámos até aqui? A Queda do Muro de Berlim em 1989, que significou o fim da Guerra Fria e o início da globalização, com a inerente lógica de mercado livre e, questões associadas aos modelos de política agrícola comum e respetivas políticas nacionais neles enquadradas, serão certamente aspetos que ajudam a explicar a nossa crescente dependência do exterior no que aos cereais se refere. Terá também sido relevante o facto de as condições edafo-climáticas de Portugal serem pouco favoráveis para a produção de determinados cereais, resultando na obtenção de mais baixas produtividades comparativamente às obtidas noutros países. Tal realidade contribuiu para a expansão da produção de outras culturas, de maior rentabilidade, o que originou uma redução continuada da área dedicada à produção cerealífera, nomeadamente de cereais praganosos de outono-inverno. Presentemente, o problema da escassez de cereais ganha contornos globais, levando compradores tradicionais da Federação Russa e da Ucrânia a procurar fornecedores alternativos. Para além de um esperado aumento nos preços, acontece que potenciais exportadores, como EUA, Brasil e Argentina, produzem, nalgumas situações, com recurso a práticas não aceites na UE, como sejam as relacionadas com regras fitossanitárias ou com a utilização de variedades geneticamente modificadas.

Alcançar a autossuficiência em cereais não nos parece, de todo, exequível. No entanto, afigura-se-nos essencial uma redução da nossa dependência externa. Neste sentido, será crucial assegurar a criação de condições para a implementação das Agendas de Investigação e Inovação, preconizadas pelos três Centros de Competências que englobam os cereais (INOV MILHO, CEREALTECH e

COTARROZ) e desenvolvidas no âmbito da Estratégia Nacional para a Promoção da Produção de Cereais (ENPPC) de 2018. Convém, a este respeito, salientar as metas assumidas na ENPPC, designadamente a pretensão de se atingir até 2023, um grau de autoaprovisionamento em cereais de 38% (80% de arroz, 50% de milho e 20% de cereais como a aveia, cevada e trigo). Face ao exposto, facilmente se verifica que estamos ainda muito longe dos objetivos traçados e só com a adoção de determinadas medidas, tal virá a ser possível. De entre as que publicamente têm sido mencionadas (entre outras, as elencadas no documento da ENPPC), importará considerar aquelas que mais diretamente e, num mais curto prazo, possam contribuir

para a redução de custos de produção e/ou melhoria da produtividade. Serão exemplo a redução dos custos de energia, a adoção de ferramentas associadas à agricultura de precisão, o aumento da capacidade de armazenamento de água e melhoria da eficiência do uso dos recursos hídricos e a substituição parcial de fertilizantes minerais por fertilizantes orgânicos.

Se já era determinante que Portugal conseguisse garantir um maior grau de autossuficiência alimentar, nomeadamente ao nível dos cereais, os acontecimentos recentes na Europa, que já suscitam a ideia de se estar perante o início de uma “desglobalização”, tornam esse objetivo uma necessidade premente.